

Governo manda Ilhas de Valor vender campos de golfe e hotéis

A empresa pública dos Açores Ilhas de Valor vai procurar “soluções de cessão ou alienação” para os hotéis da Graciosa e Flores, os campos de golfe e a incubadora de Santa Maria, anunciou o Governo açoriano.

Na apresentação das deliberações do Conselho do Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM), o Secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, revelou ainda que o Executivo vai indicar o nome do gestor Frederico Tavares para presidir à Ilhas de Valor.

“Este será o único membro remunerado do futuro Conselho de Administração, representando uma poupança de 150 mil euros anuais relativamente ao passado”, destacou o governante, que falava aos jornalistas no Palácio da Conceição em Ponta Delgada.

A Ilhas de Valor foi criada em 2005 pelo Governo dos Açores, então liderado pelo PS, com o objetivo de desenvolver projectos na área do turismo, sobretudo para as designadas “ilhas de coesão”: Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Duarte Freitas avançou que o “novo Conselho de Administração terá como missão encontrar soluções de cessão ou alienação para a incubadora de Santa Maria, para os hotéis das ilhas Graciosa e Flores e para os campos de golfe”, que actualmente são “proprie-



dade da Região”.

O social-democrata disse que as “soluções” para a incubadora de Santa Maria vão ser encontradas “mais no imediato, eventualmente” durante este ano.

Quanto aos hotéis nas ilhas Flores e Graciosa, Duarte Freitas salientou que a actual gestão, da responsabilidade da INATEL, “pede mais ao erário público do que aquilo que entrega”, revelando que até final 2020 aquela fundação devia cerca de 36 mil euros à Região.

O Secretário Regional afirmou que, em 2023, a Administração da Ilhas de Valor “terá de apresentar ao Governo

as hipóteses” que “poderão existir para cessão ou alienação dos hotéis”.

“No momento em que existe uma forte dinâmica na área do turismo, o XIII Governo entende que é o momento de serem repensados os hotéis da Graciosa e o das Flores para se encontrarem soluções mais sólidas de cessão ou alienação para cada uma dessas entidades”, declarou.

O Governo Regional decidiu ainda incumbir a Ilhas de Valor de “assumir a posição contratual do Clube de Golfe da Ilha Terceira, em contratos de financiamento no valor de 3,8 milhões de euros por contrapartida da transferência” da “propriedade, posse, admi-

nistração e exploração” do campo de golfe da ilha.

Duarte Freitas reconheceu que vai “levar mais algum tempo” para “encontrar uma solução estruturada” para a gestão dos campos de golfe no arquipélago.

“[O golfe] é uma área muito importante na nossa oferta turística que deve ser gerida com todo o cuidado até ao momento de cessão ou alienação. Mas deve ser enquadrada nessa grande dinâmica que a iniciativa privada está a ter nos Açores nomeadamente na área turística”, assinalou.

O Governo Regional autorizou também a Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Rural a proceder à abertura dos procedimentos para a construção do novo edifício do Serviço de Classificação do Leite de São Miguel, com o preço base de 2,8 milhões de euros.

O Executivo decidiu ainda criar um grupo de trabalho “destinado ao desenvolvimento de um programa para a progressiva suficiência alimentar humana e animal dos Açores”.

Foi igualmente deliberado que o mandato da Estrutura de Missão dos Açores se vai manter até à criação da Entidade Espacial Regional, cuja constituição consta do programa do actual Governo Regional.

CDS quer saber quanto recebeu o HIA de dinheiros públicos

O Grupo Parlamentar regional dos Açores do CDS/PP solicitou ao Governo Regional informações para “apurar os montantes públicos utilizados para financiar” o Hospital Internacional dos Açores (HIA).

O pedido de informação foi solicitado através de um requerimento dirigido ao Governo Regional, indica uma nota de imprensa divulgada pelo partido.

Segundo o deputado do CDS/PP Rui Martins, citado na nota, o investimento no Hospital Internacional dos Açores “terá sido, em parte, beneficiário de fundos públicos”, pelo que é “uma questão de transparência a publicidade dos montantes envolvidos

e de quais os ganhos para a Região, do investimento no sector privado, no que concerne à melhoria dos serviços de saúde prestados aos açorianos”.

O requerimento questiona, designadamente, se o HIA “recebeu algum apoio financeiro da Região Autónoma dos Açores ou de algum programa ou fundo comunitário gerido pela Região Autónoma dos Açores”.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP pretende ainda saber “quem foram os promotores do projecto, ou projectos, de candidatura a fundos comunitários” e “que garantias foram entregues, da parte dos promotores, no âmbito da candidatura”.

De acordo com Rui Martins, “as

questões levantadas no requerimento foram suscitadas pelas recentes declarações públicas do Presidente do Conselho de Administração do HIA, Luís Farinha”.

Quem reuniu com quem

O CDS-PP refere que, em Maio, aquele responsável manifestou “a disponibilidade do Hospital para se articular com o Serviço Regional de Saúde (SRS), permitindo evitar a deslocação de doentes para fora da Região, nomeadamente para a realização de cirurgia cardíaca”.

“O CDS-PP entende, por isso, questionar quais as unidades de Saúde que

reuniram com o HIA, quando e quem foram os interlocutores, que diligências foram tomadas, quais as tabelas de honorários e serviços apresentados pelo HIA, e saber se algum dos accionistas tem interesses na área da Cirurgia Cardiorrástica”, acrescenta.

O deputado sublinha que “os Açores são beneficiários de fundos estruturais da União Europeia, por forma a reduzir as assimetrias sociais e económicas em relação à média europeia”, pelo que se “exige rigor e equidade na aplicação destes fundos”.

O Hospital Internacional dos Açores (HIA), um investimento de cerca de 40 milhões de euros, foi inaugurado em Março de 2021.